

Não é xenofobia

MERHEG CACHUM

Abertura da economia brasileira, a partir de 1990 foi, sem dúvida, a afirmação do Brasil como potência econômica, dona do oitavo PIB do mundo, que estava fechada dentro de si mesma. Isto era necessário para acompanhar a tendência mundial de globalização, em que a busca da competitividade, da qualidade e da produtividade não tinha mais fronteiras. Ninguém pode ser contra isso, ainda que, acostumada a um sistema protecionista, corporativo, fechado, a indústria nacional tenha que enfrentar dificuldades sérias para se adaptar às novas regras, seja por falta de estrutura, de tecnologia adequada, de capital e, principalmente, de cultura. Mas a exposição da economia aos percalços da abertura não poderia ter sido apenas uma atitude de vontade política. Isto era fundamental, mas não suficiente. Era preciso que o Governo, ao mesmo tempo, tivesse editado uma política econômica coerente, abrangendo as finanças públicas, todos os aspectos fiscais, uma atitude firme no âmbito das negociações tarifárias e, principalmente, uma sólida política industrial.

Existem até mesmo membros do Governo, entidades ou setores que pensam moderno, mas esbarram numa legislação burocratizada, retrógrada, ainda protecionista no pior sentido, que acaba por inibir iniciativas com a melhor das intenções. Isto tem determinado a indecisão do próprio Governo, que não tem conseguido resistir a pressões e acaba demonstrando toda a sua insegurança no vaivém de modificações tarifárias, ora aumentando, ora diminuindo, incluindo ou excluindo produtos de listas de exceção. Pois foi quando tentou fazer uma política industrial para um setor específico, como o automobilístico, que o Governo estabeleceu determinadas regras de estímulo para essa indústria, de forma a desequilibrar o relacionamento com outros segmentos.

De fato, se todas as indústrias nacionais são

obrigadas a suportar o custo Brasil, gerado pelo próprio Governo, não se pode aceitar que, para beneficiar um segmento industrial, alguns fornecedores possam ficar isentos dele. É o que está ocorrendo com o setor de autopeças, que, de repente, ficou exposto a uma concorrência internacional para beneficiar outra indústria, a das montadoras, que conseguiu um aumento da proteção alfandegária, que já era alta, sujeitando o Brasil a denúncias e ameaças de processos perante a OMC.

Já no que diz respeito à indústria de fornecedores, com o rebaixamento da tarifa ao nível mínimo, não se permitiu nem mesmo discussão. De fato, que estímulo teria uma montadora, que goza de uma proteção tarifária de 70%, para adquirir autopeças fabricadas no Brasil, oneradas pelo custo Brasil, quando pode importar a mesma peça, produzida lá fora sem esses custos e numa escala econômica muito maior, pagando apenas 2% de tarifa de importação?

As empresas de autopeças foram então postas em dificuldades. E as suas dificuldades internas passaram a ser aproveitadas pelo capital externo que vem arrematar aqui, por preço de liquidação, indústrias pertencentes a industriais, brasileiros ou estrangeiros, aqui radicados há muito tempo.

Assim, o que se pretende defender é a indústria aqui instalada, se-

ja brasileira ou multinacional, que, de repente, é colocada em xeque, não porque se é contra a globalização ou contra a abertura da economia, mas porque ficou em desvantagem competitiva criada pelo próprio Governo a favor de outra indústria. Somos, sim, a favor da vinda de indústrias multinacionais, altamente qualificadas, para que venham somar junto com as empresas aqui já instaladas. Não estamos, portanto, defendendo reserva de mercado; pelo contrário, o que estamos defendendo são os princípios da liberdade econômica e da livre iniciativa.

**Estamos
defendendo os
princípios da
liberdade
econômica**

MERHEG CACHUM é presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast).